



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Desenvolvimento de coleções no IFPR e a relevância da formação de acervos sobre gênero e raça

Development of collections at IFPR and the relevance of building gender and race collections

Telma Maria Viola de Souza – Instituto Federal do Paraná (IFPR) – telmaviola@gmail.com

Glauca Lorenzi – Instituto Federal do Paraná (IFPR) – glauca.lorenzi@ifpr.edu.br

Resumo: A presente pesquisa visa conhecer sobre o processo de formação e desenvolvimento de coleções de gênero e raça nas bibliotecas do Instituto Federal do Paraná. Para tanto foi aplicado questionário, com perguntas abertas e fechadas, às bibliotecas que formam a rede institucional, buscando compreender como elas realizam a aquisição de livros voltados a essas temáticas. Foi identificado que diante da lacuna da normativa institucional já existente, a aquisição desses materiais se dá de forma subjetiva, podendo ocorrer ou não, conforme os interesses do bibliotecário.

Palavras-chave: Coleções especiais. Inclusão. Instituto Federal do Paraná.

Abstract: This research aims to understand the process of formation and development of collections on gender and race in the libraries of the Federal Institute of Paraná. To this end, a questionnaire with open- and closed-ended questions was administered to the libraries that make up the institutional network, seeking to understand how they carry out the acquisition of books related to these themes. It was found that, given the incompleteness of the existing institutional regulations, the acquisition of such materials occurs in a subjective manner and may or may not take place, depending on the interests of the librarian.

Keywords: Special collections. Inclusion. Federal Institute of Paraná.



1 INTRODUÇÃO

Criados em 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram concebidos para ofertar diferentes níveis e modalidades de ensino. Objetivando oferecer formação profissional de qualidade e atender públicos diversos, com demandas regionais específicas, foram providos com diferentes espaços e recursos (Frigotto, 2018). Dentre esses espaços, destacam-se suas bibliotecas, entendidas aqui enquanto locais privilegiados de promoção do conhecimento. Elas nascem para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de suas unidades, precisando se adequar às necessidades de um público bastante heterogêneo, com interesses e necessidades educacionais e informacionais distintas. Nas bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR), foco desta pesquisa, essa realidade não é diferente.

Nas últimas décadas, presenciou-se um significativo crescimento de publicações que abordam questões étnico-raciais e de gênero, refletindo discussões contemporâneas e que são também resultado da implementação de leis voltadas à defesa de direitos e à valorização da diversidade. Paralelamente, constatou-se nas bibliotecas do IFPR uma crescente demanda por esses temas. Diante da necessidade de ampliação e atualização constante dessas obras e da dificuldade em selecionar esses materiais para aquisição, o presente trabalho objetivou conhecer como acontece, na prática, o trabalho de seleção de livros sobre raça e gênero dentro das bibliotecas que compõem a Rede de Bibliotecas do IFPR (reBIB-IFPR).

Amparada nas discussões sobre a importância de desenvolver acervos voltados a ações afirmativas de inclusão, esta pesquisa procurou identificar se as bibliotecas do IFPR constroem intencionalmente uma coleção com títulos que tratem sobre gênero e raça. Também buscou conhecer como se dá o processo de escolha dessas obras, investigando os critérios adotados para o desenvolvimento desses acervos. Tal levantamento teve por finalidade produzir uma base de conhecimento que pudesse subsidiar o aprimoramento da política institucional, justificando-se no potencial que as bibliotecas do IFPR têm na contribuição para enfrentamento aos diferentes tipos de discriminação e violência.

A partir dos objetivos propostos, esta pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, de abordagem qualitativa e quantitativa. Como método, utilizou-se a



aplicação de um questionário para realização do levantamento, enviado para as 27 bibliotecas que compõem a reBIB-IFPR.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados através da lei 11.892/2008 como parte de um projeto de expansão da rede federal de educação profissional. Para Frigotto (2018), a rede dos IFs apresenta proposta educacional moderna, voltada para a diversidade. A heterogeneidade encontrada nos cursos e nos níveis e modalidades de ensino é o que define a identidade dos Institutos. Essa pluralidade é o que caracteriza os IFs como instituições inovadoras e vai fundamentar a atuação de suas bibliotecas e a função desempenhada pelos seus bibliotecários.

De acordo com Dias e Silva (2025), as bibliotecas dos IFs precisam atuar como agentes ativos na mediação pedagógica e na promoção da inclusão educacional. Um dos desafios enfrentados atualmente por essas unidades de informação é o desenvolvimento de coleções que superem os currículos básicos dos cursos oferecidos. Para Miranda (2004, p. 141) “desenvolver coleções implica em sistematizar e criar procedimentos para seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo”. Assim, o desenvolvimento de políticas de formação e desenvolvimento de coleções se torna um documento básico que oferece suporte aos profissionais que realizam o processo de seleção de materiais.

Segundo Vergueiro (1989), essas políticas devem determinar a filosofia e os princípios que vão nortear a atuação das bibliotecas, devendo relacionar os objetivos institucionais com o desenvolvimento de suas coleções. O autor ainda afirma que esse processo é variável e deve ser tratado de forma específica em cada tipo de biblioteca. Dentro dos Institutos Federais o grande desafio é conciliar as diferentes necessidades das comunidades atendidas, onde o estabelecimento de tal política precisa necessariamente considerar essa questão.

Quando se pensa em inclusão de temáticas raciais no ambiente escolar, encontramos amparo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Ela dispõe que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e



particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 1996). Corroborando com a LDB, a Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira dentro das disciplinas que fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio (Brasil, 2003). Muito além da obrigatoriedade, tratar sobre racismo dentro das bibliotecas implica assumir um compromisso ético com as comunidades.

Igualmente, ao pensarmos em questões contemporâneas de gênero, é preciso direcionar o olhar para o fato de que muitas vezes os usuários das bibliotecas não dispõem de esclarecimentos no contexto familiar e acabam por procurar conhecimento em outras fontes - nem sempre confiáveis. Além disso, a disponibilidade de livros sobre o tema é fundamental em espaços onde se valoriza a construção do pensamento crítico. Incluir temáticas feministas em bibliotecas e espaços públicos contribui para a inclusão de grupos minoritários e vulnerabilizados (Lopes, Paiva e Pereira, 2025)

É preciso considerar que a comunidade atendida pelos IFs pode ser composta por até 80% de estudantes ingressantes por meio de cotas de inclusão social, evidenciando a demanda que essa comunidade tem por ações afirmativas, que auxiliem na formação não apenas acadêmica e profissional, mas também humana e cidadã (Souza, 2022). Farias (2016) afirma que a informação, quando mediada, desempenha função de promoção de diálogo entre indivíduos que se encontram à margem da sociedade, suscitando neles o interesse pela apropriação e/ou empoderamento por meio da informação, evidenciando a importância que ela tem sobre a vida dos sujeitos.

Diante de tudo isso, esta pesquisa vai reafirmar a importância das bibliotecas desenvolverem, de forma intencional, acervos que visem a inclusão de diferentes grupos historicamente desassistidos, aqui delimitados pelos temas de raça e gênero, mas sem se restringir a apenas eles.

3 METODOLOGIA

De acordo com os seus objetivos, este trabalho pode ser classificado como uma pesquisa exploratória, cujo método empregado foi o levantamento, que se caracteriza pela “interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” (Gil,



2010, p.35). Seu enfoque é predominantemente qualitativo, mas utiliza dados quantitativos para compreender melhor o problema em questão, amparado no entendimento de que essas informações interagem e se complementam (Minayo, 2001). Levando em consideração que seu desenvolvimento se deu em ambiente laboral, em unidades diversas de uma mesma instituição, a análise dos dados buscou comparar as respostas obtidas a fim de identificar o comportamento do grupo estudado (Hernández Sampiere; Fernández Collado; Baptista Lucio, 2013).

A amostra de pesquisa são as 27 bibliotecas que compõem a Rede de Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná - reBIB-IFPR. Devido à distância geográfica entre os *campi*, para o levantamento foi realizada aplicação de um questionário *online*, composto por perguntas abertas e fechadas, onde foi possível inferir dados numéricos e coletar depoimentos e opiniões. Enviados via *e-mail* institucional aos representantes de cada uma das bibliotecas que integram a rede, o questionário buscou obter informações referentes à aquisição dos acervos físicos das bibliotecas do IFPR, entre os anos de 2021 e 2025, no que se refere a títulos sobre gênero e raça.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O IFPR conta com 26 *campi* atualmente em funcionamento. Para atendê-los, existem 27 bibliotecas, todas elas gerenciadas por, pelo menos, um bibliotecário. A atuação dessas unidades de informação é sistematizada pela Rede de Bibliotecas do IFPR - reBIB-IFPR, que realiza a gestão integrada dessas unidades. O IFPR possui sua política de formação e desenvolvimento de coleções regulamentada institucionalmente (IFPR, 2024), a qual é acompanhada por uma instrução normativa que determina fluxos para seleção, compra, doação, permuta, depósito e desfazimento de livros. Essas normativas detalham como deve ser realizado o processo de seleção, trazendo critérios para aquisição das obras e delegando ao bibliotecário a responsabilidade dessa atividade. Nesses documentos é expressa a garantia orçamentária para aquisição de acervo físico (atualmente entre 3% e 5%), variando de acordo com a fase de expansão e orçamento anual de cada *campus*, alinhados no plano de desenvolvimento institucional (PDI) e assegurados no Plano de Gestão Orçamentária anual (PGO).



Tais políticas, em conjunto, garantem que todos os *campi* do IFPR consigam fazer a aquisição de livros anualmente. Para a seleção e aquisição de obras que constam nos projetos políticos pedagógicos dos cursos (PPCs), a política institucional é bastante clara nos critérios para compra. No entanto, quando há a necessidade de formação de coleções complementares, como é o caso da criação de acervos que tratem sobre gênero e raça, não há direcionamentos específicos, cabendo os mesmos critérios para o acervo geral.

Para conhecer como os bibliotecários da reBIB-IFPR realizam a seleção dessas obras foi aplicado um questionário online enviado para as 27 bibliotecas da rede, obtendo-se 22 respostas, correspondendo a 81,4% de adesão à pesquisa. Das unidades respondentes, todas elas afirmaram que adquiriram livros sobre raça e gênero nos últimos 5 anos, dos quais 68% eram predominantemente teóricos sobre os assuntos enquanto 36,3% eram de literatura. Embora todas as bibliotecas tenham declarado que compraram esse tipo de obra, um dado que chamou atenção foi o fato de que 4 delas afirmaram não buscar construir intencionalmente um acervo sobre raça e gênero, ou seja, a aquisição desse tipo de obra aconteceu possivelmente por demanda da comunidade e não pela ação voluntária do responsável pela seleção dos títulos.

Quando questionados sobre a relevância de ter obras sobre esses temas no acervo, 95,5% afirmaram que consideram importante o desenvolvimento dessas coleções e apenas uma biblioteca considerou ser indiferente, demonstrando que a maior parte dos bibliotecários concordam sobre a necessidade de se construir coleções plurais, que abordem questões contemporâneas. Ao mesmo tempo que consideram importante, a maioria das bibliotecas afirmou sentir dificuldade na seleção desses temas, seja ela parcial (59,1%) ou total (13,6%). A partir dessa dificuldade se faz necessário refletir sobre os critérios de seleção adotados pela política de formação e desenvolvimento de coleções do IFPR. Para 68,2% dos respondentes as diretrizes atuais auxiliam apenas parcialmente na aquisição desse tipo de obra, enquanto para 31,8% eles são suficientes. Apenas quatro bibliotecas disseram não sentir falta de orientações específicas para esses temas.

Foi solicitado aos participantes sugestões sobre o que eles consideram importante para uma política de coleções que se pretenda inclusiva. Os principais



apontamentos podem ser verificados no quadro abaixo, que traz estratégias que podem aprimorar qualquer política que busque ser atual, inclusiva e diversa:

Quadro 1 - Critérios para melhoria da política de desenvolvimento de coleções

Uma política de desenvolvimento de coleções que contemple temas como raça e gênero deve partir do reconhecimento de que o acervo não é neutro, mas resultado de escolhas que podem reforçar ou tensionar desigualdades sociais. Nesse sentido, é fundamental estabelecer critérios de seleção que priorizem a diversidade de vozes, incluindo produções de autores negros, indígenas e LGBTQIA+, bem como obras que abordem criticamente questões como racismo, relações de gênero e interseccionalidade.
Consulta aos usuários, priorizar obras escritas por pessoas pertencentes aos grupos retratados, valorização de obras regionais e obras ligadas aos movimentos sociais dos grupos retratados.
Termos para referenciar a busca (ex. gênero, sexualidade, raça, negros, etc); definir coleções básicas e complementares para os Neabi e Nuggedis com uma sugestão de quantidade de exemplares físicos.
Especificar no texto da política temas que todas as bibliotecas deveriam ter (temas transversais).
Acredito que o acervo precisa ser multidisciplinar para atender essa demanda. Precisamos focar em literaturas que vão além dos conhecimentos técnicos, para que possamos fornecer a diversidade dessas temáticas.
Critérios de seleção que considerem a diversidade de vozes. Isso inclui priorizar obras produzidas por autores e autoras de diferentes origens étnico-raciais, identidades de gênero e contextos sociais,
Ênfase na temática trazendo pra nossa realidade atual que foi construída em cima da falta de conhecimento dessas temáticas sensíveis e minoritárias

Fonte: Das Autoras, 2026

Em relação aos critérios adotados pelas bibliotecas do IFPR para a seleção dos materiais comprados que tratam sobre raça e gênero, foi realizada uma pergunta de múltipla escolha onde os respondentes podiam marcar quantas opções representam suas ações e também incluir outras. As respostas a seguir seguem a ordem e frequência com que apareceram: I - Relevância da obra (68,2%), II - Contribuição potencial da obra (59,1%), III - Escassez de material sobre o assunto no acervo da biblioteca (54,5%), IV - Relevância do autor (54,5%), V - Popularidade da obra (45,5%), VI - Procura/ interesse pelos assuntos (40,9%), VII - Atualização da obra (36,4%), VIII - Especialidade do autor (31,8%), IX - Comentários na mídia (31,8%), X - Adequação à faixa etária e aos níveis formativos oferecidos no seu *campus* (ensino médio integrado, ensino superior, pós-graduação, etc) (31,8%), XI - Comentários da internet (22,7%) e XII - Aspectos informacionais da obra (cobertura e tratamento) (22,7%). Os critérios de custo, gênero da obra (narrativos, descritivos, argumentativos/dissertativos, artigos de opinião, expositivos, instrucionais, etc.) e idioma apareceram apenas uma vez cada um



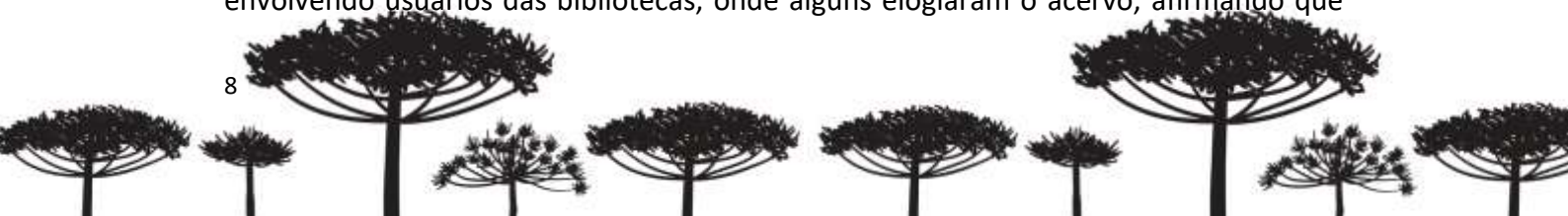
(4,5%). Ainda, uma biblioteca afirmou que não considera critérios específicos para aquisição desses materiais.

A variedade dos dados mencionados demonstra que, frente à ausência de políticas para formação dessas coleções, a escolha é subjetiva, podendo inclusive não ser feita. Embora a pesquisa tenha revelado que a maioria das bibliotecas considera importante a aquisição de livros de gênero e raça e que procuram fazer escolhas baseadas em critérios relevantes, mesmo trabalhando em rede, o acervo de cada unidade acaba refletindo o perfil, ideais e concepções de seus bibliotecários e gestores, legitimando o que diz Almeida Júnior (2020) ao afirmar que o acervo das bibliotecas não é neutro ou imparcial.

Em relação ao processo de seleção dos títulos, o principal critério adotado para a escolha foi a indicação de obras, primeiramente por docentes, seguido pela indicação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), indicação de alunos, de outros bibliotecários/ bibliotecas e de técnicos administrativos, nessa ordem. Na sequência apareceram os critérios de visibilidade na mídia, nas redes sociais, o conhecimento teórico sobre os temas e por último a indicação de obras pelo Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Interseccionalidades (NUGEDIS), revelando a importância que os diferentes usuários têm no processo de compra de livros dentro do IFPR. Nenhuma biblioteca adquiriu livros indicados pela comunidade externa.

Cabe esclarecer que o NEABI é um núcleo de estudos criado em 2018 para fomentar ações que contribuam para a valorização da história e culturas negras e indígenas. Bastante atuante no IFPR, o NEABI apresenta importante papel na seleção de obras para as bibliotecas, contribuindo na seleção dos títulos. Já o NUGEDIS foi instituído somente em 2025, tendo como objetivo realizar ações voltadas à reflexão sobre gênero e diversidade sexual. Ainda recente e em processo de organização, não se observou relevância desse núcleo na aquisição de acervos de gênero, no entanto, espera-se que com a criação de núcleos locais o NUGEDIS participe ativamente na recomendação de títulos que possam contribuir para a reflexão da temática.

Em relação à receptividade dos usuários quanto às obras de raça e gênero, 77,3% das bibliotecas afirmam que a maioria aprova, enquanto, para os demais, é indiferente. Alguns bibliotecários que participaram da pesquisa revelaram situações envolvendo usuários das bibliotecas, onde alguns elogiaram o acervo, afirmando que



se sentiam representados, no entanto, também relataram casos depreciativos, como um docente que comentou achar um descaso a utilização de dinheiro público para comprar “esse tipo de obra”, revelando mais uma vez a necessidade de fortalecer ações que colaborem com o desenvolvimento do senso crítico das diferentes comunidades assistidas pelas bibliotecas do IFPR.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, ficou evidente o argumento de Souza (2022) de que o funcionamento das bibliotecas dos IFs depende mais de perspectivas individuais e voluntaristas dos profissionais envolvidos do que de políticas e diretrizes institucionais, uma vez que, no IFPR, a aquisição de acervos sobre temas de raça e gênero — que não estão presentes nos PPCs dos cursos — depende diretamente dos sujeitos responsáveis pela seleção dos materiais informacionais.

Assim, considera-se importante que a política de formação e desenvolvimento de coleções do IFPR aborde, de maneira específica, como proceder na aquisição de livros sobre temas transversais e contemporâneos, orientando como deve ser realizado o processo de seleção dessas obras, indo ao encontro das necessidades da sociedade brasileira, a qual requer bibliotecas que sejam espaços para o debate, que atuem contra a exclusão social e onde diferentes sujeitos possam encontrar respostas e novas perspectivas para seus interesses e problemas (Castrillón, 2011).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Espaços e equipamentos informacionais. In: BARBALHO, C. R. S. (org) et al. **Espaços e ambientes para leitura e informação**. 2. ed. São Paulo: Abecin Editora, 2020. p. 9-37.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm . Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em 13 abr. 2026.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do gato, 2011.



DIAS, B. P.; SILVA, E. S. da. **A Biblioteca como estratégia de Permanência e Êxito Estudantil no contexto da Rede Federal**. XXIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, São Paulo, p. 1-14, 15 nov. 2025. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2025/article/view/3931> . Acesso em: 20 abr. 2026.

FARIAS, M. G. G. A informação como potencializadora da autonomia e da integração social. **Transinformação**, v. 28, n. 3, p. 323-336, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862016000300323&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em 16 abr. 2026.

FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - IFPR. Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do IFPR: IFPR: 2024. Curitiba, 2024. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RDNHbkhsTEEDTnY5glinVjV8kvaJ0zOS77fmWTIVhS88yB6jOozrurGkgfrIPQ5ZvdFKU5Yluy5MQXZAZqBVyp . Acesso em 13 abr. 2026.

LOPES, L. P.; PAIVA, G. V.; PEREIRA, P. M. S.. Representatividade de grupos minorizados socialmente no acervo de bibliotecas públicas e comunitárias: no contexto do feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 21, 2025. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2124> . Acesso em: 15 abr. 2026.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. **Revista Convergências em Ciência da Informação**, Aracajú, v.8, n. especial, p. 01-36, 2025. DOI: [10.33467/conci.v8i.23708](https://doi.org/10.33467/conci.v8i.23708). Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23708> . Acesso em: 14 abr. 2026.

MIRANDA, A. C. C. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004.

SOUZA, T. M. V. de. **Biblioteca e educação profissional: um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2022. Dissertação - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. [doi:10.11606/D.27.2022.tde-12012023-185633](https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-12012023-185633) . Acesso em: 12 abr. 2026.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

